



ORDEN  
DOS  
ENGENHEIROS

Recurso nº: 1-2012

Acórdão n.º /2013

Recorrente: Eng.º Raul José Pinto de Albuquerque Tomás

Recorrido: Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Decidem, em reunião do Conselho Jurisdicional:

#### I. Relatório

O processo disciplinar que originou o recurso acima referenciado iniciou-se com a receção a 27.7.2009 nos serviços administrativos da Ordem dos Engenheiros do escritório nº 9818, datado de 24.07.2009, da Câmara Municipal de Santiago do Cacém participando factos suscetíveis de configurar a violação de normas deontológicas por parte do senhor Eng.º Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, engenheiro civil inscrito na Região Sul com a cédula profissional nº 13973, porquanto projetista e Técnico Responsável de Obra de construção de uma moradia unifamiliar sita na Rua Nova da Glória, Lote 11, Loteamento Municipal, S. Domingos, Santiago do Cacém, tendo uma fiscalização municipal detetado que a mesma não estava a ser executada de acordo com o projeto aprovado.

O expediente foi autuado e distribuído como Processo nº10/2009 no CDISS, tendo sido determinado pelo relator que fosse escrita uma carta ao engenheiro participado enviando-lhe cópia da participação recebida e solicitando-lhe que, no prazo de 20 dias úteis, viesse dizer o que entendesse conveniente sobre o assunto, tendo prestado depoimento no dia 13 de Outubro de 2009 (fls. 110 e 111).

O Conselho Disciplinar da Região Sul da Ordem dos Engenheiros veio a deduzir acusação em 16 de Dezembro de 2009 (fls. 114 a 116). Tendo o arguido contestado em 09 de Março de 2011, invocando a incompetência do Conselho Disciplinar da Região Sul, nos termos do disposto no artigo 55º nº 1 e 2 do Regulamento Disciplinar da Ordem dos Engenheiros (RDOE), alegando ter cessado o prazo em que o processo seria da competência do mesmo órgão, entendendo o arguido que o processo deveria ter transitado para a esfera de competência do Conselho Jurisdicional (fls. 121 a 127).

233



Invocou ainda, na sua contestação, o artigo 283º n.º3 CPP, aplicável ex vi art. 57º RDOE, uma vez que considera a acusação nula e elaborada com violação do disposto no artigo 32º, n.º2 do RDOE (fls. 125). Afirma ainda que as alterações foram "ordenadas pelo dono da obra ao empreiteiro" (fls. 125), e que "a obra foi executada em conformidade com a coleção de desenhos em poder do empreiteiro e com as alterações ordenadas pelo dono da obra" (fls. 126).

## II. Apreciando

No seu acórdão de 30 de Setembro de 2011 (fls. 154 a 158), o Conselho Disciplinar da Região Sul da Ordem dos Engenheiros considerou os factos da acusação como provados, entendendo que o arguido "não atuou com a diligência que lhe era exigida, assim violando culposamente, o disposto no artigo 86º, n.º4, 87º n.º1 e 2 e 88º n.º1 e 2 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros", aplicando ao arguido a sanção disciplinar de censura registada, nos termos dos artigos 70º, n.º1, alínea b) do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e artigo 4º, alínea b) do Regulamento Disciplinar da Ordem dos Engenheiros.

O arguido recorreu da decisão, defendendo alegando a existência dos seguintes vícios no acórdão recorrido (fls. 177 a 191):

### 1. Inexistência do Acórdão Recorrido

O arguido alega que o facto de o acórdão estar assinado apenas por dois membros do Conselho Disciplinar da Região Sul o torna "juridicamente inexistente". Diz o n.º1 do artigo 40º do Regulamento Disciplinar da Ordem dos Engenheiros que os acórdãos serão assinados pelo presidente e pelos vogais que participarem na votação, acrescentando o n.º2 que, faltando alguma assinatura, o relator declarará o motivo. O acórdão encontra-se assinado pelo Presidente do Conselho Disciplinar do Sul, Eng.º Paulo Eiró e pelo Vogal Eng.º José Matos e Silva. Estando o acórdão assinado pelo presidente e pelo vogal que participou na votação, a razão pela qual não se encontra assinado pelo outro vogal, talvez por não ter estado presente, deverá constar da ata da reunião, não configurando qualquer nulidade, já que o órgão tinha quórum para se reunir o acórdão foi tirado por maioria.

## 2. Nulidade por Omissão de Pronúncia



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

Nos termos do artigo 55º do RDOE, "todos os processos disciplinares devem estar julgados pelos Conselhos Disciplinares duma Região ou Secção Regional no prazo de dez meses, a contar da queixa ou de outro ato que os inicie. Se decorrido este prazo não estiverem julgados, cessa a competência do Conselho Disciplinar respetivo e os processos transitam para o Conselho Jurisdicional para prosseguirem na sua instrução e apreciação, a menos que este Conselho delibere que o Conselho Disciplinar prossiga a sua ação". Entendemos que não é necessária uma deliberação expressa, bastando que o Conselho Jurisdicional delibere a prorrogação dos prazos genérica para todos os processos que correm termos nos conselhos disciplinares. Porém, no caso em apreço existe uma deliberação específica do Conselho Jurisdicional de 07 de Abril de 2010, prorrogando o prazo e determinando que o Conselho Disciplinar prosseguisse a sua ação.

### 3. Não-Inquirição das Testemunhas

O Conselho Disciplinar, após analisar os quesitos a que o rol de testemunhas se propunha responder, entendeu não serem os mesmos relevantes para a decisão da causa, prescindindo da sua intervenção no processo, por as considerar um meio de defesa meramente dilatório. O que fez à luz do disposto no n.º3 do artigo 33º do RDOE, segundo o qual, ao arguido é facultado instruir a sua defesa com toda a espécie de provas que não sejam impertinentes ou dilatórias.

### 4. Alteração da Qualificação Jurídica dos Factos

O arguido alega ainda que a acusação lhe imputou a prática da infração disciplinar prevista no artigo 87º n.º2, contudo o acórdão terá ido mais longe ao condená-lo pela violação dos artigos 86º, n.º4, 87º n.º1 e 2 e 88º n.º1 e n.º7 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros. A dedução da acusação deve conter a enunciação dos deveres violados e das normas violadas (artigo 32º, n.º 2 e 3). O artigo 87º enuncia os deveres do engenheiro para com a entidade empregadora e para com o cliente, sendo o seu n.º1 e o n.º2 complementares: o engenheiro deve contribuir para a realização dos objetivos económico-sociais das organizações em que se integre, prestando os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros. O artigo 86º, n.º 4 disciplina que o engenheiro se deve opor à utilização fraudulenta, ou contrária ao bem comum, do seu trabalho. O artigo 88º elenca os deveres do

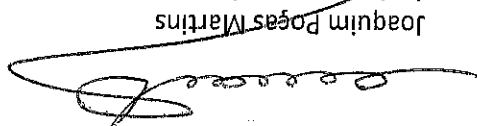


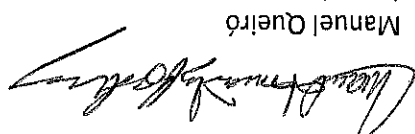
engenheiro no exercício da sua profissão. Estamos perante normas que se concretizam dispondo os deveres do engenheiro no exercício da sua profissão de uma forma interligada, não podendo ser dissociadas e funcionando como um código global de conduta. Não se trata, portanto, de uma alteração da qualificação jurídica dos factos, antes a concretização do princípio deontológico violado.

### III. Parecer do Conselho Jurisdicional

Nestes termos, o Conselho Jurisdicional considera que deverá impeceder a argumentação do arguido recorrente, negando-se provimento ao recurso, **confirmando-se a aplicação da pena de censura registada** aplicada pelo Conselho Disciplinar da Região Sul.

Lisboa, 26 de Março de 2013.

  
Joaquim Poças Martins  
(Relator e Vogal)

  
Manuel Queiró  
(Vogal)